
[A pandemia nas florestas da Índia: a intensificação dos ataques às comunidades](#)

Verbas oriundas do esquema de Florestamento Compensatório do governo Indiano vêm sendo alocadas a medidas de alívio aos impactos da Covid-19. O esquema financiou plantações de árvores que invadem terras comunitárias e causou despejos ilegais em lugares que foram declaradas “Áreas Protegidas”. O processo não foi interrompido durante o confinamento, e agora, esses ataques devem aumentar.

Em meados de maio de 2020, o Ministro das Finanças da Índia anunciou a alocação de 6 mil crores de rúpias (cerca de 1 bilhão de dólares) ao Fundo de Florestamento Compensatório (CAF, na sigla em inglês), mais conhecido como [CAMPA \(Agência de Planejamento e Gestão do Fundo de Florestamento Compensatório\)](#), como parte do tão aguardado pacote voltado a aliviar os impactos da Covid-19. É importante ressaltar que, desde que chegou ao poder em 2014, o atual governo tornou a vida da esmagadora maioria dos cidadãos da Índia mais vulnerável e insegura, principalmente *adivasis* (povos indígenas), *dalits* (castas oprimidas), minorias religiosas, camponeses, trabalhadores e pobres urbanos. Políticas econômicas insanas já paralisaram a economia, como a desmonetização de 2016 (quando o governo decidiu retirar do mercado, de repente, notas de determinados valores, causando imensos problemas ao povo), além da concessão de benesses vergonhosas a certos interesses empresariais. As pessoas são perseguidas e assediadas rotineiramente em nome do desenvolvimento, da segurança nacional e da religião. Os pobres e os trabalhadores do país estão literalmente sitiados desde o final de março, quando o primeiro-ministro declarou a Covid-19 como um “desastre nacional” e colocou o país sob confinamento rígido e abrupto.

Examinemos a situação de florestas e comunidades que dependem das florestas. Ignorando todas as objeções e os protestos de movimentos sociais e ativistas que lutam por direitos, o governo indiano prosseguiu com sua agenda de mercantilizar as florestas do país: em 2014, foi anunciado o Projeto de Política Nacional de REDD+ (atualmente concluído), seguido pelas Diretrizes de 2015 sobre o repasse de florestas “degradadas” a agentes privados, principalmente para a criação de plantações, (1) a Lei do Fundo de Florestamento Compensatório de 2016 (ou CAMPA), o Projeto de Política Nacional de Florestas em 2018, (2) e, por fim, as [Propostas de Emenda à Lei Florestal da Índia, de 2019](#), que ainda estão na agenda. Em conjunto, todas essas medidas constituem a arquitetura de políticas voltadas a cercar, monetizar e vender as vastas florestas comunitárias do país. A pandemia de Covid-19 e as medidas tomadas pelo governo são mais uma ameaça – a mais recente em um cenário sombrio, em termos gerais. Infelizmente, essa nova ameaça apareceu em um momento em que ainda não se enfrentou a privação generalizada nas áreas tribais: uma paralisante falta de serviços públicos de saúde que limita em muito as possibilidades de conter a propagação do vírus, dezenas de milhares de trabalhadores migrantes retidos nas cidades, ausência de mecanismos institucionais e acesso para aquisição e distribuição de produtos florestais não madeireiros (PFNM), (3) desmatamento desenfreado que serve ao desvio de terras florestais sem consentimento das comunidades, descumprimento e não implementação de legislações avançadas, como a Lei dos Direitos à Floresta (FRA) de 2006 e a Lei das Panchayats (Extensão a Áreas Reconhecidas), de 1996 (PESA).

Em vez de respeitar a autonomia e a dignidade das comunidades tribais e de outras comunidades indianas que dependem das florestas, as verbas para alívio aos impactos da Covid-19 foram aprovadas dentro do antigo esquema de Florestamento Compensatório. (4) Esse mecanismo tem sido contestado por defensores dos direitos à floresta e organizações tribais, na Índia [e internacionalmente](#), desde que a polêmica Lei do Fundo Compensatório foi cogitada pela primeira vez, em 2015. Mostraram que o Reflorestamento Compensatório é basicamente uma farsa e, na melhor das hipóteses, uma tentativa de fazer lavagem verde no desmatamento organizado e autorizado na Índia. Além disso, canalizar dinheiro ilimitado para a burocracia florestal colonial pode destruir os meios de subsistência de milhões de habitantes da floresta, causando graves danos ecológicos e agravando o deslocamento e a exploração de comunidades florestais.

O Fundo também foi questionado pelo Ministério de Assuntos Tribais (MoTA) do governo indiano. Em uma carta ao Ministério do Meio Ambiente, Florestas e Mudanças Climáticas (MoEFCC), escrita em março de 2018, o MoTA argumentou que o projeto de regras do CAF dilui as disposições da Lei de Direitos à Floresta (FRA).

O anúncio da liberação das verbas de Florestamento Compensatório aos estados, para “geração de empregos”, ignora as preocupações levantadas por movimentos e grupos ativistas sobre as violações permanentes aos direitos à floresta pelas plantações de árvores estabelecidas pela CAMPA, de um lado, e por uma intensa devastação de florestas, de outro. Os movimentos/grupos que se opõem à Lei e às Regras do Fundo de Florestamento Compensatório também são contrários à ação atual. O Florestamento Compensatório permite o desmatamento organizado ao desviar terras com florestas para fins não florestais sem o consentimento das comunidades, que deveria ser obrigatório, segundo a FRA. Isso resulta em uma perda geral de acesso às florestas comunitárias tradicionalmente usadas e conservadas pelas comunidades, cujas vidas dependem do sustento físico e cultural proporcionado por essas florestas. Além disso, as atividades de Florestamento Compensatório, que originalmente se destinavam a terras não registradas como florestas, aparecem com frequência em terras florestais de uso comunitário, campos de aldeias e terras comunitárias. Estas incluem terras em várias situações de posse, como florestas e terras comunitárias das aldeias (ambas conhecidas amplamente como *nistar*), antigas florestas *zamindari* (que tinham proprietários durante o período colonial) e terras do governo – todas embasando uma ampla gama de direitos de acesso e uso, registrados ou não, jurídicos ou consuetudinários, à coleta de lenha, ao pastoreio de animais e assim por diante. Segundo a FRA, esses direitos deveriam ser devidamente registrados e os títulos, concedidos a quem mora na floresta. Levantar plantações de Florestamento Compensatório em áreas florestais de uso comum e terras comunitárias só faz prejudicar a Lei dos Direitos Florestais (FRA) e, por fim, ajuda a perpetuar a injustiça histórica que ela promete corrigir.

Desde que o projeto de lei do CAF foi apresentado, em 2015, movimentos sociais e ativistas dos direitos vêm exigindo a transferência de fundos de Florestamento Compensatório às *Gram Sabhas* (assembleias de aldeia) e a garantia de que as atividades sejam realizadas apenas com o consentimento livre e prévio dessas instâncias, como previsto nas leis FRA e PESA. Essa reivindicação foi levantada novamente após a pandemia da Covid-19, para que as *Gram Sabhas* pudessem utilizar as verbas que atualmente alcançam uma enorme quantia de 55.000 crores de rúpias (cerca de 7,3 bilhões de dólares), (5) o que garantiria que as verbas respondessem às diversas necessidades geográficas e específicas das comunidades florestais da Índia.

No entanto, seguindo experiências anteriores, as autoridades florestais continuaram usando as verbas de Florestamento Compensatório para estabelecer plantações de árvores (principalmente de monoculturas e espécies comerciais) em terras cultivadas por comunidades que dependem da floresta e dentro de florestas comunitárias, transgredindo a autonomia e os direitos. As monoculturas

também destruíram a biodiversidade, os produtos florestais não madeireiros (PFNMs) e os alimentos de origem florestal usados ?? pelas comunidades. As verbas de Florestamento Compensatório também estão [sendo usadas para despejar ilegalmente tribos e outras comunidades que dependem das florestas](#) de Áreas Protegidas, como Reservas de Tigres, Parques Nacionais e Santuários da Vida Selvagem.

Ciente de que dinheiro de Florestamento Compensatório nas mãos de autoridades florestais só vai exacerbar as dificuldades que assolam as comunidades florestais, o governo indiano está anunciando essas verbas como uma medida voltada a favorecer as tribos e aliviar os problemas. Isso não apenas é irônico, mas também cheira a total desconsideração do atual governo com relação às realidades das pessoas e à decência humana. Além disso, o uso dessas verbas é obrigatório por lei, e a distribuição de dinheiro desse fundo não pode ser tratada, em nenhuma circunstância, como parte de um pacote econômico destinado explicitamente a combater os impactos da Covid-19.

Além disso, foi relatado que o departamento florestal está realizando atividades de plantio, bem como despejos de comunidades, durante o período de confinamento. Até o momento, elas incluem: autoridades oficiais derrubando florestas em Odisha, supostamente para criar plantações, (6) notificações de despejo entregues a moradores da floresta em Sikkim. (7) Em Madhya Pradesh, (8) Gujrat, (9) Manipur (10) e Odisha, (11) houve despejo forçado de comunidades cujas casas foram queimadas e demolidas durante o confinamento. Com essa nova liberação de fundos, esses ataques às pessoas devem aumentar.

Soumitra Ghosh

All India Forum of Forest Movements (AIFFM)

Este artigo é baseado, em grande parte, em uma nota à imprensa publicada em conjunto por movimentos e ativistas sociais indianos em 17 de maio, e em outra, do Fórum de Movimentos Florestais de Toda a Índia (AIFFFM), em 25 de março de 2020.

- (1) [Our Forests are not for Sale! Stop Privatizing India's Forests!](#), nota à imprensa do All India Forum of Forest Movements (AIFFM), 21 de setembro de 2015
- (2) Ghosh. S., [Attack on India's Forests and Forest Communities: Draft National Forest Policy 2018](#), Ground Xero, abril de 2018
- (3) Down to Earth, [Silence grips forest](#), maio de 2020
- (4) Press Information Bureau India, 14 de maio de 2020, [Rs6000 crore employment push using CAMPA funds](#)
- (5) Business Standard, [A Rs 56,000-cr afforestation fund threatens India's indigenous communities](#), junho de 2019
- (6) Sabrang, [Odisha Forest Department cuts down traditional trees, destroys livelihoods of forest workers](#), maio de 2020
- (7) United News of India, [Dzuluk forest dwellers served with eviction notice amid lockdown, seek justice from government](#), abril de 2020
- (8) The Hindu, [Tribals in M.P.'s Burhanpur say foresters burnt hut](#), junho de 2020
- (9) Down to Earth, [Covid-19: Gujarat forest department officials allegedly torched huts, fields](#), abril de 2020
- (10) The People's Chronicle, [Eviction drive turns ugly as cops and locals clash](#), abril de 2020
- (11) GroundXero, [Odisha government's relentless persecution of Adivasis continues even during the Lockdown](#), abril de 2020

